

PRÓLOGO

Inter faeces et fraus natus

ERA UMA VEZ... uma família de vinagreiros de Orléans.

Jacques Lacan, de Élisabeth Roudinesco, principia com a pretensa “lenda negra”¹ dos vinagreiros dessa cidade, confraria de que participava a família Dessaux, da qual descendia a mãe de Jacques Lacan – lenda segundo a qual o seu vinagre era confeccionado com a ajuda... de excrementos humanos.² Segundo a historiadora, especialistas do fim do século XIX – “inclusive o seríssimo Domachy” – ainda acreditavam nesse murmúrio, a despeito do esforço dos mestres vinagreiros para contradizê-lo, afinal os segredos da fabricação pelo método orleanês se encontravam extremamente bem guardados desde o reino dos primeiros Capetos. Não há nenhuma nota de rodapé para sustentar essa série de afirmações. De onde vem essa lenda? Por quem nos foi transmitida? Quem são esses especialistas, sobretudo Domachy, que acreditava, apesar de sua seriedade, nas lendas que os produtores de vinagre de Orléans se empenhavam em desmentir? A ausência, nesse preâmbulo, de qualquer “marca tipográfica de historicidade” (Pomian, 1999: 18, 32–4) – notas, citações,

- 1 N. da T. Essa expressão, presente no título deste livro, foi cunhada pelo historiador espanhol Julián Juderías (1877–1918), que a usou para intitular a obra que escreveu sobre a postura tendenciosa dos historiadores que exageraram nas tintas, ao retratar episódios da Inquisição na península ibérica. Ao criar um estereótipo negativo para a ação da Igreja Católica, simultaneamente omitiram as mesmas arbitrariedades cometidas por instituições protestantes, com a finalidade de denegrir a imagem das monarquias espanhola e portuguesa nos séculos XVI e XVII.
- 2 Trata-se da primeira página da biografia de Lacan, que vem após os dois tomos de *História da psicanálise na França* (Roudinesco, 1982–93: 1515).

remissões a documentos originais que, desde o século XVI, permitem à história, ao autorizar a refutação pelo reenvio a uma realidade exterior, querer outra coisa que não uma retórica e justificar sua pretensão de fazer do passado um objeto de conhecimento, diferenciando-se do romance – não deixa de surpreender e impõe uma investigação.

Pela graça da pesquisa em obras antigas digitalizadas, lê-se na edição de 1854 do *Novo manual completo do vinagreiro e do mostardeiro*, de Julia de Fontenelle e Malpeyre, que o “seríssimo Domachy” se chamava na realidade Jacques-François Demachy, farmacêutico e poeta, adversário de Lavoisier e da “reforma química” (Rabbe *et al.*, 1834: 1294), bem como autor de *Arte do vinagreiro*, publicado em Neufchâtel, em 1780 (Demachy, 1780: 468–533). No capítulo “Sobre o método e procedimentos observados pelos vinagreiros para fazer os diferentes vinagres, assim como seus diferentes instrumentos e utensílios”, Demachy expõe, em particular, o método dito “francês” (: 481–2), no qual residiria, segundo ele, “o grande segredo” dos vinagreiros de Orléans. Este consiste em extrair cerca de um litro de um barril de bom vinagre e substituí-lo pela quantidade equivalente de bom vinho, tornando-o, por associação, um vinagre “muito bom”.

Tal método era um segredo de fabricação tão bem guardado? Demachy o desmente: “Esses artistas não guardam segredo de suas manipulações. O que se segue foi estabelecido, mostrado e ensinado com a maior franqueza por um dos vinagreiros dessa cidade [...]. Os detalhes me foram comunicados pelo sr. Prozet, químico e farmacêutico em Orléans, e ele assegura que, longe de ter encontrado qualquer segredo entre os vinagreiros de sua cidade, todos gracejam com aqueles que têm a reputação de encobrir seu ofício com o véu do mistério” (: 482–4). Em seguida, após o expor o método dito “de Paris” – o “mais defeituoso”, pois se vale de vinhos “estragados, azedos ou fermentados” (: 484) –, chega ao que chama de “método realmente secreto” (: 486–7). Tal procedimento, que não teria sido publicado, se ele mesmo não o tivesse verificado em seu laboratório, é mencionado “de forma histórica”, tal como lhe foi transmitido por um dos chefes de suprimentos da Marinha. Segundo este, de acordo com as regras marítimas que prescreviam aos navios só se lançarem ao mar com a provisão adequada do vinagre destinado à desinfecção semanal de conveses e cabines, os empresários do porto de Brest, a fim de provisionar “uma frota equipada na guerra em 1756”, imaginaram “converter os recipientes de vinho a envinagar em vasos sanitários, nos quais os operários poderiam aliviar-se”. E Demachy acrescenta que nesse vinagre, provado por ele, não se percebia de modo algum a substância que contribuía para a sua formação.

Essa passagem é retomada um século depois, palavra por palavra, por Julia de Fontenelle e Malpeyre numa nota do capítulo “Fermentos” de seu *Novo manual completo do vinagreiro e do mostardeiro*. Os especialistas do final do século XIX acreditavam na excelência dos resultados produzidos por esse método lendário? Que cada um tire as próprias conclusões: “Ainda que Demachy tenha dito isso, não se vê o que os excrementos podem oferecer ao vinho para transformá-lo num *vinagre requintado*. [...] Portanto, só expusemos esse procedimento repugnante, a fim de proscriver seu emprego, e não pensamos que nenhum fabricante se empenhará em adotá-lo. Bastaria que a prática fosse conhecida para que se desacreditasse o seu emprego” (Julia de Fontenelle & Malepeyre, 1827: 46–7).

E eles atribuem essa prática aos vinagreiros de Orléans? De modo algum.

Então, se consideramos nas obras que têm autoridade no assunto, em especial a de Demachy, ou melhor, Domachy, o experto, o que nos é apresentado como a “lenda negra” dos vinagreiros de Orléans não é uma lenda, mas antes algo assemelhado a uma prática testemunhada, ao menos pontualmente, em meados do século XVIII; ela diz respeito não aos vinagreiros de Orléans, e sim aos empresários do porto de Brest encarregados de equipar a frota real no limiar da Guerra dos Sete Anos; o vinagre proveniente dessa prática se destinou à desinfecção dos navios, e não ao consumo humano. Os pretensos segredos de fabricação “extremamente bem guardados” do método orleanês não eram segredos para ninguém e os que envolviam seus procedimentos com um véu de mistério eram objeto de escárnio para seus colegas.

Nem segredo, nem lenda, e, seja como for, não em Orléans. Como dizem os americanos: *never let the facts get in the way of a good story*.

Por que, então, bombardear desse modo a linhagem materna do doutor Lacan, e isso nas primeiras páginas da obra, sem citar as fontes de maneira precisa, procedimento cujas regras um autor saído da seara universitária jamais ignora, inclusive deixando *ao menos* passar, em diversas edições sucessivas, uma gralha relevante sobre o patronímico do experto sob cuja autoridade se está assentado?

Sobretudo, por que, no limiar da narrativa, fazer a escolha de tal *incipit*? O que nos diz essa descrição das intenções que presidem a obra por vir – ainda mais, se consideramos que, pouco depois, indica-se que Ludovic, o tio-avô de Jacques Lacan, teria posto em circulação um rótulo de vinagre, afirmando de modo inexato que a casa Dessaux teria sido fundada em 1789 (Roudinesco, 1982–93: 1517)? O que pensar de Élisabeth Roudinesco, quatro páginas adiante, considerar importante precisar – qual o motivo, senão reforçar o traço? – que o imóvel da avenida Beaumachais, no qual Émile Lacan (o avô de Jacques) e

sua família se instalaram após deixarem Orléans, situava-se próximo da antiga mansão de Cagliostro, *alias* Joseph Balsamo, “aventureiro de triste renome” (: 1519), nos é dito, mas também notório cafajeste, conhecido por seus talentos de curandeiro e a prática de ciências ocultas, e que se tornou célebre em razão do romance epônimo de Alexandre Dumas? Trata-se de “detalhes inúteis”, “anotações insignificantes”, elementos do registro epidíctico, de finalidade puramente estética, como Roland Barthes evoca em “O efeito de real” (1968: 180–2), ou, ao contrário, de fazer a descrição pender do analógico ao preditivo? Essas anotações não teriam nenhum laço com a menção, feita um pouco à frente, de um suposto “modo de ser lacaniano de uma ‘negatividade sem função’ que, por excesso de sarcasmo, *correrá o risco de esbarrar no embuste*” (Roudinesco, 1982–83: 1630)?³

Em “Fronteiras da narrativa”, Gérard Genette também se pergunta sobre o estatuto da descrição – e sobre a dupla função diegética (1966: 58–ss). “Decorativa”, ela é parte dos ornamentos recreativos do discurso. Mas sua segunda grande função, em especial na obra de Honoré de Balzac – autor em que Élisabeth Roudinesco reivindica ter-se inspirado para *Jacques Lacan* –, é simultaneamente explicativa e simbólica (cf. Roudinesco, 1982–93: 11). As descrições, diz ele, servem “para revelar e, ao mesmo tempo, justificar a psicologia das personagens, da qual elas são, a um só tempo, signo, causa e efeito. A descrição se torna aqui [...] um elemento decisivo da exposição”.

Jacques Lacan, *inter faeces et fraus natus...*⁴ A música ambiente ressoou, a decoração está arrumada e o significante de “lenda negra”, surgido na terceira linha, dá o *tom*.

- 3 Salvo menção contrária, os itálicos em palavras e expressões nas citações foram adicionados por nós.
- 4 Atribui-se a fórmula *inter urinam et faeces nascimur* a Santo Agostinho. Ela foi evocada por Lacan na aula de 27 de abril de 1966 de “O Seminário, livro 14: o objeto da psicanálise” (1966–7).